

Recesso do Congresso em julho será mantido

# Votação das emendas no Senado fica para agosto

por Eliane Cantanhêde  
de Brasília

As reformas constitucionais da ordem econômica, que flexibilizam os monopólios estatais, só serão votadas definitivamente pelo Senado a partir de agosto. Esse é o principal resultado da decisão de manter o recesso parlamentar em julho, tomada ontem, conjuntamente, pelos presidentes da República, Fernando Henrique Cardoso, da Câmara, Luiz Eduardo Magalhães, e do Senado, José Sarney.

“Não havia motivos urgentes, nem relevantes, para a convocação extraordinária do Congresso em julho”, justificou Sarney depois da reunião com Luiz Eduardo e Fernando Henrique, que foi no Palácio do Planalto. Segundo ele, há sete anos o Congresso não respeita o recesso, por causa de sucessivas crises. “Portanto, a decisão de agora é um grande atestado do estado de normalidade em que vive o País”, acrescentou.

Ainda ontem à noite, as lideranças governistas ainda tentavam descobrir bre-



José Sarney

chas regimentais que permitissem a votação de pelo menos uma emenda da ordem econômica ainda neste mês: a do gás canalizado, aprovada na Câmara, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e pronta para ser votada em primeiro turno já na próxima terça-feira. O segundo turno estava previsto para 3 a 7 de julho.

Todas as demais emendas ficarão para o segundo semestre: cabotagem, empresa nacional, telecomunicações e petróleo. E a Lei de

Diretrizes Orçamentárias (LDO) – que poderia ser adiada para julho e garantir algumas votações, dispensando uma convocação formal extraordinária – já tem data marcada de votação: dia 28, quarta-feira que vem, dois dias antes do recesso.

Pesaram na decisão de manter o recesso parlamentar os seguintes fatores: a aprovação das emendas dos monopólios é considerada líquida e certa no Senado, seja agora, seja em agosto, por causa da ampla margem de votos favoráveis ao governo; a convocação extraordinária custaria uma verdadeira fortuna aos cofres públicos, em pagamento de salários adicionais para os 584 deputados e senadores; os parlamentares vêm de uma maratona que começou com o “impeachment”, passou pela CPI do Orçamento, chegou às eleições gerais e, enfim, à votação das reformas. Como vinha insistindo o líder do governo no Senado, Élcio Alvares, todos estão exaus- tos.